

Senadores sugerem mais ação do governo pela reforma agrária

Parlamentares dizem que Executivo não pode continuar agindo apenas pressionado pelos acontecimentos e cobram uma política que resolva os conflitos no campo



Os senadores da CAE debateram as condições para a recompra de títulos da dívida externa

Senado aprova renovação de concessões

O plenário do Senado aprovou ontem a permissão para funcionamento de duas emissoras de rádio e a renovação da concessão de outras sete, além de três estações de televisão. As novas emissoras de rádio são a Sociedade Rural da cidade de Mandaguari (PR) e a Voz do Vale Paranapanema, de Cândido Mota (SP).

Foram renovadas as concessões das seguintes emissoras: Rádio Globo (RJ), Difusora de Ponta Grossa (PR), Cidade de Itaiópolis (SC), Independência de Salto do Lontra (PR), Rádio TV do Amazonas (AC), Rádio e TV Umbu (RS), Rádio Globo Capital (MG), Chamonix (Mogi-Mirim, SP), Rádio Globo Capital (DF) e Rádio Terra (MG).

Comissão busca acordo sobre recompra de títulos

Para tentar um acordo em torno do projeto de resolução que autoriza operações de recompra e reestruturação da dívida externa, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação da matéria, delegando aos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), relator, e Wilson Kleinübing (PFL-SC), autor de um substitutivo, a tarefa de buscar esse entendimento. Na reunião de ontem, o assunto foi debatido por mais de duas horas.

O projeto de resolução apresentado por Requião "autoriza a União a celebrar operações de recompra e reestruturação dos títulos da dívida externa brasileira, no valor equivalente a até US\$ 5 bilhões, contemplando a recompra dos títulos com deságio no mercado secundário ou a emissão de novos para substituir os an-

tigos, com o objetivo de reduzir os encargos, alongar os prazos de pagamento ou reduzir o estoque da dívida". Já o substitutivo de Kleinübing não fixa limites.

Pelo texto do relator, deve haver concorrência pública para a contratação, pela União, de instituições financeiras para atuarem junto ao mercado internacional nos trabalhos de preparação e implementação das operações. Dessa concorrência, deverão ser convidados a participar o Banco do Brasil e instituições financeiras brasileiras de capital nacional.

Ambos os textos exigem que o Banco Central preste contas ao Senado das operações realizadas, regularmente, ou cada vez que essas operações atingirem o montante de US\$ 500 milhões.

Senadores de diferentes partidos cobraram ontem do governo mais ação na reforma agrária. Jáder Barbalho, líder do PMDB, e Ramez Tebet afirmaram que o Executivo não pode continuar agindo pressionado pelos fatores, e cobraram uma política agrária. Edison Lobão, cujo discurso provocou o debate em plenário, lamentou a informação, contida em uma pesquisa, de que 30% dos assentados venderam suas propriedades.

O assunto foi debatido em plenário também pelos senadores Carlos Bezerra, Epitácio Cafeteira, Pedro Simon, Marina Silva, Lauro Campos e Eduardo Suplicy.

Página 5

NESTA EDIÇÃO

Veja pede desculpas a Pedro Simon
Página 2

Código de Trânsito terá sessão extra

O presidente do Senado, José Sarney, convocou sessão extra, amanhã, às 10 horas, para votar o Código de Trânsito Brasileiro. Página 8

Simon recebe carta de desculpas da revista *Veja*

Para senador, a correspondência do diretor de redação é uma demonstração de que, com o diálogo, Congresso e imprensa, no exercício da liberdade, podem chegar a um entendimento

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que recebeu, "com respeito", carta enviada pelo diretor de redação da revista *Veja*, Mário Sérgio Conti, datada do dia 22. A íntegra da carta, lida pelo senador em plenário, é a seguinte:

"Na reportagem sobre o laudo do assassinato de Paulo César Farias, *Veja* errou em registrar a acusação infundada de Augusto Farias contra o senhor. A pressão do tempo, aliada a uma redação infeliz, podem explicar o equívoco, mas não o justificam. Nem adianta afirmar que não tivemos intenção de machucá-lo, pois foi exatamente isso que acabou acontecendo. As-

sumo o erro.

Mesmo assim, peço desculpas. Se puder fazer alguma coisa para repará-lo, estou à sua disposição."



Pedro Simon

O senador considerou que a carta é uma demonstração de que, entendendo-se, debatendo e dialogando, Congresso e

imprensa, ambos no exercício de sua liberdade, podem chegar a um entendimento. É preciso, na sua opinião, encontrar um meio de evitar matérias infundadas, dignidades atingidas e reconhecimentos posteriores de erros cometidos.

Avança programa de renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o Conselho da Comunidade Solidária (CCS), dirigido por dona Ruth Cardoso, apoia as iniciativas destinadas a garantir uma renda mínima às famílias carentes que mantenham seus filhos

na escola.

Ele informou que, a convite da primeira-dama, participou na segunda-feira (dia 26) de reunião em que o conselho decidiu propor aos prefeitos a serem eleitos que considerem prioritária a adoção de programas como esses. A entidade,

segundo o senador, se dispõe a oferecer assistência técnica aos prefeitos que desejarem executar programas de renda mínima associados à educação fundamental. Em aparte, Marina Silva (PT-AC) elogiou o programa.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Participa da abertura do I Seminário sobre a Micro e Pequena Empresa.

Local: Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

10h - Despachos internos.

11h - Recebe integrantes do Movimento de Microempresas.

11h30 - Recebe o presidente do PFL, deputado José Jorge.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLS nº 161/95, que submete ao Congresso Nacional a privatização da Vale do Rio Doce; votação em primeiro turno das *PECs nºs 22/96, que trata da criação de municípios; 23/96, que trata da inelegibilidade; 30/96, que dispõe sobre a reforma da educação; *PLC nº 124/92, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969/73, tornando inexistente, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do Proagro, a dívida oriunda do crédito rural; *Emendas da Câmara ao PLS nº 78/92, que dispõe sobre a arbitragem; e *PLS nº 29/95, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 09/96, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da polícia oficial; PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a criação e instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de

duzentos mil habitantes; *PLS nº 235/95 (terminativo), que dispõe sobre o crime de assédio sexual; *PLS nº 17/96 (terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; e *PLS nº 189/95 (terminativo), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, acerca do pacote ecológico, sua repercussão na possível implantação do que seria a política para indústria de base florestal da Amazônia, revisão dos planos de manejo florestal e proposta de reestruturação do Ibama. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *Requerimento nº 06/96, de convocação para audiência pública com o ministro do Planejamento, deputado Antônio Kandir, para prestar esclarecimentos a respeito do Plano Brasil em Ação, que reúne as metas do atual governo; e *Apresentação de proposta, do senador José Agripino, para realização de seminário, com debates sobre os órgãos reguladores do setor elétrico e de telecomunicações. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.511-1/96, que dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste.

Pauta: Eleição do presidente e do vice-presidente e designação do relator. Sala 02 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Requerimento de autoria do senador Lúcio Alcântara solicitando a realização de audiência pública para discussão das prioridades e alternativas visando acelerar o processo de votação das propostas em tramitação no Congresso Nacional sobre a Aids e avaliação dos programas desenvolvidos na esfera federal; *PLC nº 89/92 (não terminativo), que concede isenção do IPI e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência; *PLC nº 47/94 (não terminativo), que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de segurança patrimonial; e *PLC nº 100/94 (não terminativo), que fixa piso salarial para o jornalista. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Calheiros faz balanço da modernização do Senado

Radiografia dos entraves, das lacunas e das medidas corretivas serve de base ao trabalho de reestruturação da Casa, que está sendo realizado com o auxílio da Fundação Getúlio Vargas

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez ontem um balanço das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Reforma e Modernização do Senado Federal. Sob a coordenação do senador e após 35 dias de dedicação exclusiva, o grupo apresentou à Comissão Diretora o parecer contendo uma "radiografia profunda sobre os entraves ao funcionamento eficiente da Casa, bem como as lacunas e as recomendações para as suas soluções". A manifestação de Calheiros foi feita com o propósito de esboçar nota denominada "Proposta decente", veiculada pela revista *IstoÉ*, do último domingo.

Dentre as inúmeras recomendações do Grupo de Modernização, Renan Calheiros destacou o reagrupamento de funções, para evitar as duplicações e triplicações existentes; a extinção de secretarias, serviços e seções, quando justificadas; a redefinição de atribuições, procedimentos, rotinas e manuais; a criação de um plano de cargos, carreiras e salários; centralização de compras, incluindo Prodasen e



Renan Calheiros

Cegraf; criação de uma matriz de informações para agilizar a tomada de decisões na área legislativa e fiscalizadora; e criação de um instituto para treinar os recursos humanos voltados para atender às necessidades do Senado Federal.

O senador ressaltou o contrato firmado entre o Senado e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), "objetivando o desenvolvimento de trabalhos de consultoria, visando à adequação do nosso modelo organizacional. A FGV utilizou os diagnósticos desenvolvidos pelo grupo de trabalho e as nossas recomendações para embasar os seus relatórios".

Conforme Renan Calheiros, "o relatório final apresentado pela contratada, que compreende cinco volumes sugerindo a adequação do modelo organizacional do Senado Federal, recomenda o enxugamento da máquina administrativa, a introdução de um sistema de incentivo para valorizar o servidor, a ênfase sobre a função Informação, o fortalecimento do órgão central de coordenação e execução, a unidade de comando, a transformação do Cegraf em secretaria, a centralização das compras, o planejamento estratégico, o desenvolvimento de um grande banco de dados para alimentar a matriz de informações gerenciadas, entre outras sugestões".

O trabalho da FGV foi distribuído a todos os senadores. O diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, como coordenador da Assessoria Especial de Modernização, ficou incumbido de apresentar à Comissão Diretora um anteprojeto relativo à matéria, contendo a referida adequação organizacional. O anteprojeto já foi encaminhado à Primeira Secretaria.



Júlio Campos

Anexo I corre risco de incêndio, alerta Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) solicitou ontem à Mesa do Senado, e especificamente ao primeiro-secretário, senador Odacir Soares, urgência na publicação de edital de licitação para reformar o prédio do Anexo I da Casa. Ele lembrou que a campanha "Grande Vitória", realizada em junho pelo Corpo de Bombeiros, iniciou-se por esse edifício, que, juntamente com o Anexo I da Câmara, é o mais alto (28 andares) e o mais antigo prédio de Brasília (36 anos), e não sofreu nenhuma reforma.

Júlio Campos disse que já existe um projeto de reforma do edifício, providenciado por ele próprio, quando integrou a Mesa anterior do Senado como primeiro-secretário. Além disso, salientou, há recursos no orçamento da Casa para a realização das obras necessárias. O senador disse que o anexo, onde trabalham mais de 600 pessoas, transformou-se num "barril de pólvora".

- Se ocorrer um incêndio, muita gente vai morrer - advertiu o senador.

Mauro pede arquivamento de projeto

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu ontem o arquivamento do projeto dos deputados Eduardo Jorge e Fernando Gabeira que, conforme disse, determina "o banimento do amianto crisolita do Brasil". Segundo o senador, a proposição, que se encontra em tramitação na Câmara, não tem base científica.

Mauro Miranda disse que o tipo de amianto usado no



Mauro Miranda

País não prejudica a saúde, desde que sejam tomadas medidas de proteção aos trabalhadores das minas. A propósito, o senador informou que só no ano passado "a indústria goiana de amianto investiu R\$ 6 milhões em equipamentos preventivos de proteção à saúde dos trabalhadores e da comunidade de Minaçu".

- O banimento do amianto levaria ao fechamento das jazidas de Minaçu, em Goiás,

e à perda de 33 milhões de dólares anuais em impostos - disse.

Salientando que o País não pode dar-se ao luxo de fechar 200 mil postos de trabalho, sobretudo num momento de recessão, Mauro Miranda disse que "nem o Brasil, e nem a Rússia e o Canadá, que são os outros dois maiores produtores mundiais, poderiam cometer tal desatino social, com base em especulações científicas de caráter duvidoso e que são conduzidas por guerrilhas mercadológicas".



Bernardo Cabral

Ação de asiáticos na Amazônia preocupa Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse ontem que o governo, através do Ministério do Meio Ambiente, precisa estar atento à atuação de madeiras asiáticas no País. Cabral leu texto divulgado pela Internet denunciando a compra de 8,6 milhões de acres na Amazônia por essas madeiras.

O documento prevê que, nos próximos dois anos, elas poderão deter 22 milhões de acres na região, o que equivale a cinco por cento da floresta amazônica. O texto denuncia ainda que essas empresas asiáticas usam de corrupção política para garantir suas atividades no terceiro mundo. Cabral espera das autoridades medidas que contenham o avanço indiscriminado dessas madeiras no Brasil.

O senador salientou que, de acordo com informes recentes de repórteres da Associated Press na América Latina, Ásia e África, os alvos principais das madeiras asiáticas são a Amazônia, provavelmente a principal fonte, no mundo, de madeira na próxima década, e a África.

Maldaner defende redução nos impostos dos alimentos

Medida é a mais eficiente no combate à fome, segundo o senador, além de proporcionar a ampliação da oferta de empregos

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a obrigatoriedade da incidência seletiva do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), em função da essencialidade dos bens, assim como a alíquota zero desse imposto sobre insumos agropecuários e produtos exportados.

As medidas constam da proposta de reforma tributária em tramitação na Câmara e, segundo o senador, devem ser mantidas, por representarem incentivo às indústrias alimentícias e à agropecuária, além de tornarem os alimentos mais baratos.

Para Maldaner, uma redução da carga tributária sobre os produtos alimentícios promoverá significativa distribuição de renda e evitará gastos com a saúde. Ele ressaltou que, considerando apenas os



Casildo Maldaner

tributos que apresentam um impacto direto na comercialização, a carga tributária brasileira constitui, em média, 22% do preço dos alimentos básicos. No caso dos produtos industrializados, os impostos atingem o percentual médio de 32,7%, disse.

- Que outra medida teria um mais rápido e espetacu-

lar resultado no combate à fome do que a redução em um quinto do preço da alimentação? - indagou.

Os alimentos, conforme argumentou, são os produtos que têm maior impacto na composição das despesas da população mais pobre. "As famílias brasileiras com renda mensal de até dois salários mínimos gastam cerca de 40% do que ganham, proporção que vai decrescendo à medida que aumenta a renda", frisou.

Maldaner acredita que, com a redução substancial dos impostos, a suinocultura e a avicultura, por exemplo, sofrerão impacto altamente positivo, pois o aumento do consumo gerará mais produção e acréscimo do número de empregos no campo e na indústria alimentícia.

Alcântara pede apoio para cultura do caju

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que apóie a agroindústria do caju no Brasil. Ele afirmou que o potencial de crescimento econômico dessa cultura é subexplorado, pois, salientou, o aumento da produção da castanha vem ocorrendo em proporções sempre inferiores ao da área cultivada, o que significa um decréscimo de produtividade.

- Esse apoio deve se direcionar, por um lado, para a busca da melhoria da produtividade no cultivo, através da assistência técnica e da extensão rural. Por outro lado, deve-se buscar a formulação de uma política sistemática de importação,

compatibilizada com a produção interna e que estabeleça laços sólidos e regulares de parceria internacional - afirmou.

Entre as causas da queda da produtividade dessa cultura no Nordeste, Alcântara apontou a idade elevada dos pés de caju; a falta de uma política de apoio aos agricultores; e a não-utilização de técnicas de plantio na produção de melhores espécies do fruto. "Outro aspecto importante é a capacidade de beneficiamento da indústria cajucira. Tendo crescido intensamente nas décadas de 70 e 80, a capacidade instalada das indústrias ultrapassou consideravelmente a disponibilidade da matéria-prima", frisou.

Lúcio Alcântara disse que a baixa oferta de caju para a ati-



Lúcio Alcântara

vidade industrial, relacionada aos períodos mais agudos de seca, já vem causando uma série de prejuízos aos estados nordestinos, como o fechamento de fábricas, desemprego, redução de renda e de arrecadação fiscal. A seu ver, há pouco incentivo e motivação para essa atividade.

Senadores querem que o Presidente assumira comando da reforma agrária

Parlamentares entendem que governo não pode agir apenas como bombeiro e precisa adotar uma política para a questão do campo

Um discurso de Edison Lobão (PFL-MA) levou senadores de diferentes partidos a debater ontem a reforma agrária, boa parte concluindo que o presidente da República está perdendo a iniciativa para o



Edison Lobão

Movimento dos Sem-Terra (MST). "O governo não pode ficar atuando apenas como bombeiro nessa questão. Se não assumir a liderança do processo, vamos ter o caos. Se ficar passivo, o pagamento será em sangue e dinheiro público", afirmou o líder do PMDB, senador Jádér Barbalho (PA).

Depois de ler trechos de reportagem publicada pela revista *Veja* desta semana, Edison Lobão ponderou que "nem os grandes proprietários são contra a reforma agrária". O senador citou pesquisa da Confederação Nacional da Agricultura mostrando que cerca de 30% dos as-

sentados venderam suas glebas e que o governo tem gasto em média R\$ 50 mil por família assentada. "Isso é quase um escândalo. Essa pesquisa mostra que reforma agrária não é distribuição de terras", assinalou.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) considerou a reportagem da *Veja* "um pouco exagerada, ao estilo da antiga TFP, que condenava qualquer movimento social". No entanto, Bezerra reconheceu que há "uma total falta de vontade política" do governo em levar a reforma agrária à frente. "Se o Brasil não fizer uma reforma agrária, não irá a lugar algum." Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou que o Palácio do Planalto "venha agindo ao sabor das circunstâncias" e concordou que o governo não tem uma política de reforma agrária.

Já Epitácio Cafeteira (PPB-MA) sugeriu que o governo

mude a Constituição, se preciso, para deslanchar a reforma agrária. "Para a reforma administrativa, o governo mexe na Constituição. Faz o mesmo para reformar a Previdência. Por que não usar a Constituição para a reforma agrária?" Cafeteira afirmou ser inadmissível que no Brasil se possa continuar "usando a terra como uma caderneta de poupança".

- O governo tem de dizer o que quer da reforma agrária, como fez com o sistema financeiro nacional. Ele assumiu que ia salvar bancos e pronto. Mas não faz a mesma coisa com a questão agrária - observou Pedro Simon (PMDB-RS). Marina Silva (PT-AC) sugeriu que, para resolver o problema da venda das glebas pelos assentados o governo não deve doar as terras, mas oferecê-las em usufruto. Lauro Campos (PT-DF) afirmou que ninguém tem dúvidas de que uma reforma agrária é o caminho para o apaziguamento do campo.



Odacir Soares

Odacir apóia programa de investimentos

O senador Odacir Soares (PFL-RO) elogiou o programa "Brasil em Ação", anunciado pelo Ministério do Planejamento, que prevê investimentos da ordem de R\$ 80 bilhões destinados à implementação de 42 projetos básicos voltados para as áreas social e de infra-estrutura, gerando 1,5 milhão de empregos.

Um dos investimentos destacados por Odacir no "Brasil em Ação" é a pavimentação da BR-174, rodovia planejada para ligar o Brasil à Venezuela passando por Manaus e Boa Vista, abrindo uma saída do País para o Caribe até 1998. Ainda na área de infra-estrutura, Odacir destacou o projeto para exploração do gás natural de Urucum, na região amazônica, que envolverá recursos da ordem de R\$ 1,635 bilhão, para viabilizar a produção de energia a custos reduzidos. Na área social, o senador aponta a reforma agrária e investimentos na educação como principais pontos positivos do programa.

Manifestando-se impressionado com a proposta, Odacir Soares disse acreditar que o programa, implementado e gerido com a mesma determinação com que foi delineado, "poderá erigir-se no empreendimento mais representativo do governo Fernando Henrique Cardoso e deverá operar o reencontro do Brasil com sua vocação desenvolvimentista, uma vez que poderá afastar dois pesadelos que molesta o País: o do sucateamento da malha viária e o do colapso do nosso sistema energético".

Debate na CAE vai reunir ministros, produtores rurais e sindicalistas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que será realizado no dia 19 de novembro o debate sobre reforma agrária por ele proposto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Suplicy justificou a escolha dessa data com o argumento de que, na ocasião, já se saberá o resultado do segundo turno das eleições

municipais. O debate será em reunião conjunta da CAE com a Comissão de Assuntos Sociais.

Deverão participar do debate em torno da questão fundiária do País os ministros da Agricultura e da Reforma Agrária, e os presidentes da Sociedade Rural Bra-



Eduardo Suplicy

sileira; da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; e da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Nabor elogia ação da Saúde contra raiva canina

Senador destaca as providências adotadas por Adib Jatene para evitar propagação da doença no Acre, onde uma criança de oito anos morreu vítima do ataque de um cão raivoso

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) voltou a comentar ontem o surto de raiva canina que ameaça seu estado, o Nabor Júnior



Acre, e que provocou a morte do menino Wenblenson Sousa Araújo, de 8 anos, vítima, este mês, do ataque de um cão raivoso. Ele disse que sofrerá em Rio Branco a habitual acusação de estar mencionando o fato para fazer promoção política em período eleitoral, mas, conforme salientou, o povo do Acre jamais perdoaria sua omissão diante de acontecimento tão grave.

Para o senador, se não fosse a sensibilidade do ministro da Saúde, Adib Jatene, dificilmente o Acre teria as providências e os recursos para a prevenção e o combate à raiva. Em sua opinião, o ministro dá uma lição de grandeza para todos os homens públicos brasileiros, "pois ao invés de procurar intenções inexistentes, mandou apurar, corrigir e construir soluções para impedir que o problema se agrave e se prolongue".

Nabor Júnior disse esperar agora que o investimento feito pelo Ministério da Saúde no combate à raiva não acabe prejudicado, "quer pelo desinteresse quanto à manutenção das instalações, quer pela irresponsabilidade de demolir centros médico-sanitários capazes de salvar vidas". O senador leu o ofício recebido do Ministério com um relato do que a instituição vem fazendo para, em curto prazo, reverter a situação crítica por que o Acre passa em relação aos casos de raiva canina, doença transmissível e fatal para o ser humano.

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Arapongas (PR)	Net	35
Bagé (RS)	Net	16
Bauru (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Bejo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catanduva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapeco (SC)	Net	3
Concórdia (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Curitiba (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Farroupilha (RS)	Multicanal	14
Florianópolis (SC)	Multicanal	43
Fortaleza (CE)	RTC	45
Franca (SP)	Net	9
Goiânia (GO)	Multicanal	14
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joaçaba (SC)	Net	21
Joinville (SC)	Net	18
Jundiá (SP)	Net	5

Cidade	Operadora	Canal
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)		30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Ribeirão Preto (SP)	Net	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz do Sul (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MMDS	66
Sorocaba (SP)	Multicanal	8
Uberlândia (MG)		8
Uruaruna (PR)	Net	35
Uruguanana (RS)	Net	7

E em todo o País para os usuários do sistema Direct-to-Home, da TVA.



Romeu Tuma

Tuma exalta coragem de magistrados

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) elogiou ontem a coragem com que os magistrados Newton Dorestes Baptista, Antônio Carlos Amorim, José Lisboa da Gama Malcher e Maria Helena Cisne Cid investigaram, puniram e recuperaram valores desviados por fraudes contra a Previdência Social, praticadas inclusive por juízes mancomunados com quadrilhas organizadas.

Tuma esteve presente, juntamente com outros parlamentares, à solenidade realizada no Palácio do Planalto, ontem de manhã, em que o presidente Fernando Henrique Cardoso entregou àqueles juízes a Ordem Nacional do Mérito, no grau de comendador.

Conforme o senador, a ação dos homenageados resultou em 33 condenações, com prisão dos fraudadores, anulação de mais de um milhão de aposentadorias irregulares e economia acima de R\$ 1 bilhão para os cofres públicos.



Os senadores ouviram ontem, em comissão, exposição do deputado e relator João Almeida

Machado defende tese de eleição separada para cargos federais

Comissão da Reforma Político-Partidária debateu ontem também outros temas, como pesquisas eleitorais e fidelidade partidária

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator da Comissão da Reforma Político-Partidária, defendeu ontem a realização de eleições separadas para os cargos federais e para os estaduais e municipais. Assim, o pleito destinado a eleger o presidente da República, senadores e deputados federais seria em data diferente do destinado à escolha de prefeitos, governadores, deputados estaduais e vereadores.

Sérgio Machado posicionou-se contrário à existência de dois turnos de eleições - salvo para presidente da República - por considerar que a aliança dos partidos, no segundo turno, desvirtua o voto ideológico da primeira etapa. O senador entende que as campanhas eleitorais devam ser mantidas por recursos públicos, a exemplo do que já acontece na Alemanha.

A Comissão da Reforma Político-Partidária do Senado, presidida por Humberto Lucena (PMDB-PB), reuniu-se na manhã de ontem para ouvir palestra do deputado João Almeida, relator da Comissão de Legislação Eleitoral-Partidária da Câmara dos Deputados. Segundo ele, para que o Brasil disponha de uma legislação eleitoral de primeiro mundo, a fidelidade partidária deve ser exigida em todos os níveis do Legislativo e a perda do man-

dato, em consequência, deve ser a punição do parlamentar que voluntariamente mude de partido. João Almeida manifestou-se contrário à divulgação das pesquisas eleitorais, por considerar que influenciariam o voto.

Nabor Júnior (PMDB-AC) apoiou a tese defendida pelo deputado de uma reforma político-partidária de caráter global, argumentando que "partido forte só com fidelidade partidária". O líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), solicitou a João Almeida que incorpore em seu parecer o en-



Sérgio Machado

curtamento da distância entre o primeiro e o segundo turno, a fim de reduzir os custos de campanha. Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a divulgação das pesquisas eleitorais afasta da discussão os temas de grande importância para o município, já que o interesse maior passa a ser o posicionamento dos candidatos frente às pesquisas e não os debates propriamente ditos. Também participou da discussão Mauro Miranda (PMDB-GO).

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Código de Trânsito será votado amanhã, em sessão extraordinária

Reuniões preliminares buscarão acordo sobre 20 pedidos de destaques e 71 emendas ao substitutivo, no segundo turno

O presidente José Sarney convocou sessão extraordinária do Senado para amanhã (dia 29), às 10h, destinada à votação, em segundo turno, do Código de Trânsito Brasileiro. A matéria constou da sessão de ontem, mas líderes partidários apresentaram requerimento para adiar a votação, sob o argu-

mento de que deveriam ser realizadas antes reuniões para um acordo sobre as emendas em destaque.

Mais de 20 pedidos de destaques foram apresentados ontem em plenário. Os líderes decidiram tentar um acordo porque, além dos pedidos de destaques, os senadores terão de votar 71

emendas ao substitutivo, aceitas pela comissão especial, o que poderia exigir muito tempo na votação. O novo código, com 339 artigos, introduz profundas mudanças no trânsito brasileiro, a começar por punições severas, inclusive a prisão, para quem cometer faltas graves.



Gilberto Miranda

Gilberto Miranda acredita no fim da impunidade

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) declarou ontem, em entrevista, que o novo Código de Trânsito vai acabar com a impunidade dos crimes dessa natureza. Isso ocorrerá, conforme disse, basicamente porque esses crimes serão julgados no máximo de três a seis meses, evitando a sua prescrição.

Para Gilberto Miranda, as principais mudanças introduzidas pelo projeto de Código de Trânsito Brasileiro, do qual é relator, dizem respeito à parte penal. As novas penas para crimes de trânsito visam a punir antes que o delito aconteça, destacou.

- Tentamos, com os novos artigos, punir antes que alguém morra num acidente de trânsito. Dirigir em alta velocidade, fazer "racha", correr em frente de escolas, de hospitais, independentemente de acontecer o acidente, aquele que for pego terá de dois a seis anos de cadeia - frisou ele.

O senador acredita, no entanto, que não basta instituir leis para educar a população quanto ao trânsito. Para ele, são necessárias também campanhas educativas.

Suassuna prevê reeducação do motorista

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que, embora tenha a convicção de que é necessário um esforço conjunto de toda a sociedade para que a nova legislação de trânsito não se transforme em letra-morta ou em mais um exercício de retórica, está seguro de que, se aprovado na íntegra, o Código de Trânsito Brasileiro provocará profundas e radicais modificações no comportamento do brasileiro ao volante.

Ney Suassuna afirmou que a legislação traz uma série de avanços e melhorias e visa, sobretudo, à humanização do trânsito. "O novo código possui um caráter inovador e moderno,



Ney Suassuna

ao incorporar as tendências de administração descentralizada, as mudanças decorrentes da evolução tecnológica no que diz respeito à segurança dos veículos e às preocupações ambientais", acentuou.

Ele destacou que o número de brasileiros mortos e feridos em acidentes de trânsito

supera em até 10 vezes as estatísticas dos países europeus e da América do Norte. Segundo o senador, o número de acidentes de trânsito por ano, no País, ultrapassa 300 mil - 250 mil com vítimas -, resultando em mais de 350 mil feridos e 23 mil mortos, no local do evento.

Para Suassuna, o atual Código Nacional de Trânsito, vigente desde 1966, quando o Brasil possuía uma frota de 6 milhões de veículos, há muito tornou-se anacrônico, não contendo respostas capazes de atender à complexidade do trânsito brasileiro nos dias atuais, com uma frota de 18 milhões de carros.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, RENAN CALHEIROS, ODACIR SOARES, ROMEU TUMA E NEY SUASSUNA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Mala ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal